

Março renova seu significado para a classe que vive do trabalho no 110º ano em que, pela primeira vez, propôs-se um dia de homenagem às lutas das mulheres trabalhadoras – iniciativa da jornalista alemã Clara Zetkin na Segunda Conferência Internacional das Mulheres Socialistas, ocorrida na Dinamarca, em 1910. O 8 de março deste ano abre as mobilizações unitárias de vulto nas ruas. Em São Paulo, o ato da Capital terá caráter estadual, reunindo na Avenida Paulista mulheres e homens que lutam contra o machismo.



A numerosa participação nas reuniões organizativas do 8 de março autoriza apostar em forte mobilização contra: a redução das pensões e o aumento da contribuição previdenciária – que representa verdadeiro confisco –; a ameaça contra os servidores de redução salarial de até 25%; o orçamento mingauado de combate ao feminicídio e o aumento da violência que tira das mãos milhares de jovens negros e pobres todos os dias no Brasil. A avenida mais famosa da Pauliceia deverá ser tomada, sob o lema: “Mulheres contra Bolsonaro, por nossas vidas, democracia e direitos. Justiça para Marielle, Claudias e Dandaras”.

Será uma excelente forma de abrir o mês em que se completam dois anos da brutal execução da vereadora carioca Marielle Franco – morta em 14 de março de 2018 num crime cada vez mais próximo da família que ocupa o Palácio da Alvorada.

Na sequência, será a vez do funcionalismo tomar as ruas do país contra a redução salarial e o fim da estabilidade no serviço público. No dia 18 de março, servidores federais, estaduais e municipais vão gritar ao Brasil que [#ParasitaÉPauloGuedes](#) e que não vão aceitar serem desmoralizados pela cruzada do governo Bolsonaro para destruir os serviços públicos.

Os trabalhadores que asseguram os direitos da população vão denunciar o verdadeiro objetivo da ‘reforma’ administrativa defendida pelo condomínio governamental e os partidos que historicamente atacam o povo a partir do Congresso Nacional: extinguir direitos e os serviços públicos.

E o funcionalismo vai também cobrar da cúpula do Judiciário que respeite a Constituição, derrube a 'reforma' previdenciária que confisca quase metade dos vencimentos dos trabalhadores para alimentar o capital.

Você que lê estas linhas tem o desafio de defender seus direitos. Cada um e cada uma precisa fazer a sua parte agora - nas ruas, nas redes sociais, conversando com os colegas no local de trabalho, pressionando parlamentares. É preciso construir no dia 18 de março uma grande greve nacional para defender o serviço público, os direitos e os salários contra os ataques do governo Bolsonaro. E você é parte fundamental dessa construção, que deve ser um passo na direção de uma nova greve geral que, a exemplo da realizada em 2017, frustre os planos de extinção dos direitos sociais.

Para fechar março com chave de ouro, o 9º Congresso do Sintrajud acontece entre os dias 26 e 29. No jubileu de prata da entidade, após a vitória da manutenção dos quintos, o Congresso será o momento de organizar os próximos passos do enfrentamento com o governo em defesa dos direitos sociais, dos salários e dos serviços públicos, além das reivindicações específicas da categoria. As tarefas são muitas, mas juntos somos mais fortes. Vamos à luta! Nossa luta faz acontecer!

TALVEZ VOCÊ GOSTE TAMBÉM



PEC 10 vai ao Plenário após ser aprovada na CCJ com garantia de quinquênios só para juízes e autoridades



Acesse aqui a plataforma de participação e votação na assembleia

27/4 (sábado) - 14h - on-line

Credenciamento a partir das 9h, aqui



Confira aqui o passo a passo para participar da assembleia do dia 27/4 e eleger
seus/suas representantes



O que é e porque é fundamental aprovar o PCCS